

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## A CIDADE E O SILÊNCIO DOS ARQUIVOS: A PRESENÇA/AUSÊNCIA DA MULHER NOS ESPAÇOS URBANOS NA SÃO LUÍS DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Maria das Graças do Nascimento Prazeres\*

### Introdução

Iniciamos aqui pensando a cidade não apenas no seu aspecto físico e estrutural ou ainda como produto das formas de produção utilizadas pelas sociedades ao longo dos séculos. A cidade não deve ser compreendida apenas como um *locus* de construções de ruas e avenidas, mas também onde o homem constrói suas relações com o espaço e com o outro. Nesse sentido, Ana Fani Carlos diz que a cidade pode ser considerada um grande cenário onde acontece a modernidade. Neste espaço, percebido não apenas como um conjunto de edificações, ruas, multidões, mas também como um modo de viver, de pensar e de sentir. (CARLOS, 1999, p.26).

Por entendermos a cidade por essa dimensão humana é, que, portanto a compreendemos como um espaço político, pois implica em necessariamente viver em coletividade, se relacionar com o outro e estabelecer regras de convívio (ROLNIK, 1995, p.19). Assim, a cidade também vai se configurar como o lugar onde os conflitos se tornam mais reais e as relações de poder - seja ela de classe ou de gênero - são postas às claras pela disputa entre a “cidade real” e a “cidade imaginária” (PESAVENTO, 1999).

A proposta do artigo é discutir a cidade, a partir desse conceito do lugar do humano, do político e dos conflitos para refletir em que espaços da urbe as mulheres estiveram presentes/ausentes seja pela necessidade capitalista de inseri-las no mercado de trabalho seja como fruto de conquista sobre seus próprios corpos. Partindo do pressuposto de que as fronteiras entre o público e o privado sofreram alterações, entendemos que a dinâmica da presença nos espaços públicos da cidade dita moderna passa a ser reconfigurada a partir das noções de civilidade e disciplina. Apesar das discussões mais recentes sobre as noções de público e privado, o pensamento moderno por não entender a domesticidade como um espaço social a coloca como um lugar isento de conflitos sociais, o que delega somente ao âmbito do público espaço próprio desses conflitos.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Assim, a domesticidade enquanto privado não deveria ocupar espaços de discussão como assuntos de maior relevância como a economia e a política, contudo o que ocorre no âmbito do privado, da família não deve ser desconsiderado, pois como coloca Soraya de Mello:

Existe um reconhecimento, sempre implícito e raramente explícito, por parte dos poderes hegemônicos, de que o que acontece na domesticidade sustenta a vida social e política. Contudo, a separação de esferas tem sido e ciente, de uma forma bastante dinâmica, em manter aquelas designadas como responsáveis pelo doméstico longe dos espaços de decisão do poderio político e econômico, sem deixar de desempenhar suas funções essenciais de manutenção da sociedade. (MELLO, 2019, p. 09)

Embora a tentativa de manutenção da modernidade acabou por alterar os espaços e as formas de se relacionar, o que permitiu diluir a rigidez da fronteira entre o público e o privado e as relações que dela dependiam. A historiadora Beatriz Sarlo ao discutir a modernização da capital argentina diz que os conceitos de modernidade, modernização e cidade aparecem:

apareçam misturados com noções descritivas, como valores, espaços físicos e processos materiais e ideológicos. Na medida em que Buenos Aires se altera, diante dos olhos de seus habitantes, com uma aceleração que pertence ao ritmo das novas tecnologias de produção e transporte, a cidade é pensada como condensação simbólica e material da mudança. Assim ela é celebrada e também, desta perspectiva, julgada. (SARLO, 2006., p. 87)

Dentro dessa lógica que as cidades europeias, especialmente Londres e Paris, sofrem o processo de modernização da cidade ainda em meados do século XIX, sobretudo, a capital francesa se torna modelo de uma cidade que se propunha moderna e civilizada a partir da reforma de Hausmann. As cidades brasileiras importaram esse modelo da metrópole europeia fazendo suas adequações, principalmente com o advento do regime republicano que trazia consigo muito do discurso de ordem e de progresso que se materializaram nas nuances civilizatórias e higienizadoras do espaço urbano.

Cidades abertas com ruas largas, grandes avenidas, praças e *boulevares* eram convites para o cidadão moderno sair às ruas, ganhar os logradouros e flunar pela cidade. No entanto, quem eram esses que podiam flunar por esse espaço urbano?! O que se percebe é que mesmo que a cidade dita moderna permitisse a presença das mulheres no espaço público, existiam regras de comportamento e de conduta para esses espaços. Mais do que isso, havia a limitação desse de espaços que as mulheres podiam estar respaldada

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

principalmente na função social do lugar, uma vez que não deveria se correr o risco de ferir as regras de convívio regidas pelas relações sociais que estabeleciam a que espaços públicos da cidade eram permitidos para elas.

Nesse sentido, o que me proponho a fazer é uma cartografia da cidade de São Luís da primeira metade do século XX atravessada pela categoria de gênero buscando identificar quais espaços urbanos a presença da mulher estava autorizada pelos códigos sociais vigentes. Assim, a proposta não é somente identificar estes espaços, mas também fazer um mapeamento deles analisando que jogos de poder e de interesse estavam em voga para selecionar e conduzir a presença das mulheres a esses lugares em detrimento de sua não permissividade a outros.

## **A ausência/presença da mulher na cidade de São Luís**

No século XIX, o desenvolvimento da indústria e a formação de uma sociedade liberal burguesa acabaram por exigir a participação feminina, especialmente como mão-de-obra. Segundo Eric Hobsbawm, a indústria nascente precisava de mão-de-obra de baixo custo, o que envolvia principalmente as mulheres e crianças que tinham no trabalho industrial uma forma de complementar a renda familiar. Ainda de acordo com esse historiador, a indústria têxtil inglesa contou com predomínio do trabalho feminino, uma vez que em 1838, 77% do quadro de operários das fábricas têxteis eram mulheres e crianças, enquanto 23% eram homens (HOBSBAWM, 2000, p. 64)).

Na França, Michele Perrot aponta que desde o início da industrialização as mulheres fizeram parte dos quadros de operários das indústrias têxteis. Em 1866, o trabalho de mulheres era de 30% dos operários e trinta anos depois já eram 51% dos empregados desse tipo de indústria (PERROT, 2005). As fábricas eram um forte atrativo porque os salários dos maridos eram insuficientes para garantir o sustento da família, então a mulher se via na obrigação de ajudar na renda familiar. A historiadora francesa salienta ainda que as mulheres eram consideradas dóceis e já acostumadas a obedecer, o que facilitava os regimes intensos de trabalhos das fábricas e a dominação pelos patrões que preferiam tinham nas mulheres seres mais fáceis de dominar (PERROT, 2005).

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O trabalho nas fábricas, embora fosse uma forma de explorar a força de trabalho, concedia às operárias um pouco mais de liberdade e até autonomia ao permitir que pudessem se deslocar pela cidade e experimentar o espaço público sem a presença do pai, do marido ou outra mulher mais velha que a tutelasse. Para as mais pobres as ruas não era um espaço de todo desconhecido, pois muitas delas já saíam pra trabalhar, como coloca Carla Coqueiro ao analisar os ofícios de mulheres pobres em fins do século XIX em São Luís que já se percebia pelas ruas muitas mulheres populares que não desenvolviam apenas seus ofícios, mas também divertiam-se e faziam festas em becos, praças e logradouros públicos, deixando evidente que boa parte de seu cotidiano se desenrolava pelos logradouros públicos da cidade (COQUEIRO, 200, p.26). No que diz respeito ao trabalho, Carla Coqueiro nos informa que em fins do século XIX, “o centro urbano era lugar de grandes transações comerciais assim como a venda de diversos gêneros vendidos nos tabuleiros das mulheres de ofícios.” (COQUEIRO, 200, p.45) Contudo, essas mulheres de ofício não eram bem quistas e eram constantemente desqualificadas nos jornais que circulavam pela cidade, uma vez que as mulheres pobres e trabalhadoras eram vistas como transgressoras dos valores morais. Nesse sentido, Raquel Soihet diz que as ruas ganhavam:

[...] ares de lar onde comiam, dormiam e extraíam o seu sustento. Também era nos largos e praças que as mulheres costumavam reunir-se para conversar, discutir ou se divertir, da mesma forma que se aglomeravam nas bicas e chafarizes, não raro, brigando pela sua vez. Em grande proporção responsáveis pela manutenção da família, a liberdade de locomoção e de permanência nas ruas e praças era vital para as mulheres pobres, que cotidianamente improvisavam papéis informais e forjavam laços de sociabilidade. (SOIHET, 1997, p. 366-67)

Assim, o principal motivo mesmo que não fosse o único que levava às mulheres flunar pelo espaço urbano era o trabalho e, principalmente, porque “ser chefe de família sempre foi um traço frequente da mulher pobre brasileira” (MOTTA, 2012, p.88) ou ainda como pontua Raquel Soihet as mulheres pobres “precisavam trabalhar e que para isso deviam sair as ruas à procura de possibilidades de sobrevivência [...]” (SOIHET, 1997, p. 365). Em uma notícia de jornal que circulou em São Luís, possivelmente vemos a menção a uma dessas mulheres ao relatar o atropelamento do pequeno João:

Eram pouco mais de doze horas. Descia a rua do sol o automovel numero 69 pertencente aos srs. Teixeira & Branco, guiado pelo chauffeur Sebastião Raimundo dos Santos. Vinha em marcha regular, conduzindo o desembargador

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Bezerra de Menezes e a sua família. Ao avizinhar-se da rua dos craveiros, passavam o pequeno João da Silva, com seis anos, filho de Maria Rosa da Silva, natural de Viana, e moradora naquela rua, 24. O motorista diligenciou evitar qualquer desastre, assim que viu a criança. Mas, por mais que se esforçar-se, não conseguiu travar o veículo. Nisto o menor foi colhido. Recebeu uma forte pancada na cabeça, e caiu sem vida. (A Pacotilha, 17 de abril de 1914)

A notícia sobre o acidente traz duas mulheres: a primeira está incluída em “o desembargador Bezerra de Menezes e a sua família” que provavelmente, além dos filhos, o pai de família deveria contar com a presença da esposa no momento do ocorrido, no entanto, a mesma nem chega a ser nomeada. Já a segunda mulher, diferentemente da primeira, é referenciada como a mãe do pequeno João da Silva. O interessante aqui é, talvez, compreender o porquê o pai do João não é citado para identificá-lo e, sim, apenas a mãe. Muito provavelmente se queria fazer apenas uma menção a uma mãe irresponsável que permitiu que o filho de apenas seis anos de idade se colocasse em situação de perigo na rua, ou ainda, mais provável, que d. Maria Rosa da Silva fosse mais uma mãe que criava sozinha o seu filho sem a ajuda paterna, situação já bem comum, no início do século na capital maranhense. Essa ideia se reforça quando se explicita na nota do jornal que a mãe do pequeno João era de origem da cidade de Viana, interior do estado. Não seria muito difícil imaginar que d. Maria Rosa da Silva fosse uma das mulheres de ofício que trabalhavam no centro de São Luís e que acabava por levar o filho para trabalho por não ter com quem deixá-lo.

Poderia ainda ser uma das muitas operárias que Marize Campos coloca em seu trabalho ao estudar a instalação das fábricas na capital maranhense em fins do século XIX, no qual afirma que a mão de obra de mulheres e de crianças girava em torno de 70% do operariado das quais eram provenientes principalmente das camadas mais pobres e do interior do estado (CAMPOS, 2001, p.20). No início do século XX, esse processo se intensificou ainda mais arregimentando cada vez mais mulheres, sejam elas brancas, negras, solteiras, casadas que eram destituídas de bens e de instrução e, possuíam uma necessidade em comum: ajudar ou até mesmo sustentar a família (CORREIA, 2006, p.201).

O caso de D. Maria Rosa da Silva e a morte do pequeno João nos ajuda a pensar nos conflitos que eram gerados pela ausência da mulher em casa quando se permitia sair para trabalhar. A rotina da operária ou da mulher que trabalha fora de casa se contrasta

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

com a imagem de cuidadora que a mulher sempre exerceu no ambiente doméstico. A relação entre homens e mulheres ao longo dos séculos jamais dissociou trabalho e gênero do cuidado e, principalmente, do cuidar doméstico.

Embora, algumas mulheres ganhassem as ruas para trabalhar, a maioria delas ainda permanecia no ambiente doméstico sob os olhares dos homens ou das mulheres mais velhas. Na sociedade patriarcal, as mulheres desempenhavam principalmente a função de cuidadoras, seja da casa, seja do outro (filhos, marido e pessoas idosas ou pessoas doentes) reforçado pelos valores associados à feminilidade e à docilidade, que aprofundaram, historicamente, as desigualdades e as discriminações no mundo do trabalho. Assim, estabeleceu-se um contrato sexual, mesmo que de forma velada, como expõe Soraya Mello “fica posto que nas famílias as mulheres, e especificamente a esposa, é responsável pelos cuidados com a casa e a família, e os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo e pelas provisões financeiras familiares.” (MELLO, 2016, p. 44) Alda Britto da Motta ao analisar a história das mulheres velhas diz que, em uma época sem previdência pública nem seguro-saúde, quando estas adoeciam

eram cuidadas pelas suas filhas, comumente, por uma filha que continuasse em casa. Filha, nunca filho. Cuidar é um verbo desde sempre conjugado no feminino. Por isso mesmo, nos casos, raros, da falta de filha, a mulher do filho - não ele! - cuidava da velha sogra quando esta adoecia ou se tornava dependente. (MOTTA, 2012, p. 86-87)

A responsabilidade de cuidar recaía sobre a figura feminina desde a mais tenra idade. O cuidar era tido como uma habilidade estritamente feminina e que dizia respeito principalmente ao local da casa, do privado. Nesse sentido, Soraya Mello assevera que manter as mulheres ligadas à domesticidade foi sempre uma estratégia importante, pois estão “imbricados de interesses econômicos e de manutenção de privilégios” (MELLO, 2019, p.11)

Nos jornais que circulavam na capital maranhense, dificilmente se encontra notícias que fazem referência à mulher denotando outra imagem que não esta. Desde anúncios de shampoo, poesias, contos às sessões populares sobre os problemas da cidade, a mulher constitui-se como a mãe cuidadosa ou esposa amorosa. Quando foge desse modelo e desvirtua essa imagem ela é posta nas páginas de reclames que denotam sua falta de moralidade e de apreço pelos valores familiares. Em um desses jornais é visível

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

como aquela imagem de mulher é reforçada através de várias notícias e anúncios. Um desses exemplos vemos no jornal *A Rua* que traz a figura da mãe cuidadosa:

Conselho às Senhoras Mães de Família

A ALHOINA do competente pharmaceutico Benú da Cunha alem de ser o peitoral ideal, e tambem um vermífego de valor que faz expelir todos os vermes dos intestinos das crianças sem auxilio de purgantes.

A ALHOINA cura como por encanto: tosses de qualwur natureza, [...], quoqueluche, roquidão, resfriamento, pneumonia, catarro chronico ou agudo, escarros de sangue [...] é de um gosto tão excellent que pode ser suportado por qualquer estomago delicado que seja os das crianças sem resistencia.

Vende nesta cidade, na Pharmacia Caldas, rua do Sol.

(Conselho às Senhoras Mães de Família. *A Rua*, 18 de Fevereiro de 1915, Anno I, Num. 15, p.2)

Em contraste a esse mundo do privado e da casa, a cidade e o público se apresentavam cada vez mais para as trabalhadoras. Os postos como operárias nas fábricas, sem dúvida, vão intensificar a presença dessas mulheres no espaço urbano de São Luís. As fábricas que são instaladas na cidade em fins do século XIX sob o prisma do “surto industrial maranhense” (CALDEIRA, 1988) tiveram seus quadros de operários compostos em sua maioria por mulheres e crianças como já vimos, por ser uma mão de obra mais barata. Se essas mulheres eram a maioria da mão de obra nas fábricas e vinham das classes mais populares, elas possivelmente residiam distante do centro urbano da capital onde ficavam seus postos de trabalho e precisavam contar com o transporte público para seus deslocamentos diários. Assim, um dos lugares cartografados que se podia encontrar as mulheres que vivenciavam a cidade era o transporte público, principalmente, as operárias e outras mulheres de ofício que trabalhavam no centro como dito anteriormente.

A pesquisa de Maria da Glória Correia que discute trabalho e cotidiano das operárias nas fábricas de São Luís com uma abordagem metodológica da história oral apresenta um diagnóstico da presença dessas mulheres na cidade, corroborando com a perspectiva de que quando se trabalha com História do cotidiano a história oral se apresenta, possivelmente, como o caminho mais adequado, pois geralmente “permite reconstituir discursos cotidianos, que geralmente não estão registrados em outro tipo de fonte”, no entanto, deve-se levar em consideração que a história oral é totalizadora frente à fragmentação de documentos escritos por estar centrada no individuo (ALBERTI, 2004, p.23). Em sua pesquisa sobre as operárias, Maria da Glória Correia confirma que muitas

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

das operárias moravam afastadas das fábricas e usavam os bondes elétricos para se deslocar até seus locais de trabalho quando podiam pagar pela passagem que era bastante cara para uma simples operária (CORREIA, 2006, p.221), o que acabava por comprometer o orçamento familiar. Assim, mesmo que essas mulheres usassem o transporte público não eram vistas nas páginas dos jornais quando se noticiam sobre os bondes e nem em outros tipos de documentos que versavam sobre a cidade e seu cotidiano.

A tentativa de invisibilidade pode ser atestada também no Decreto 879 de 14 de setembro de 1924 que consistia num conjunto de normas para disciplinar o comportamento dos usuários dos bondes elétricos, a fim de conduzi-los “à boa marcha e regularidade dos serviços de bonde” (Tração Elétrica, In: Pacotilha, 01 de dezembro de 1924, p.01.). O conjunto de “instruções”<sup>1</sup> que regulavam os modos dos usuários deste transporte denota que as cidades que desejam se apresentar como modernas ao tratar de questões urbanas se preocupavam em “pôr em exercício os serviços de vigilância e segurança pública” (PESAVENTO, 1999, p.83). Uma das cláusulas se determina que os passageiros dos bondes elétricos deveriam “sem paletó ou colarinho, porém bem vestidos em tudo mais, só podem viajar nos reboques e na plataforma posterior dos outros carros” (Decreto 879, 14 de Setembro de 1924). O regimento que regulava a forma de se portar dos passageiros de bondes não se referia aos trajes femininos, isto é, o regulamento silenciava sobre a conduta e as vestimentas adequadas para as passageiras mesmo que elas constituíssem parte da população que se utilizava do serviço.

Pode-se inferir que o comportamento esperado por parte das mulheres já era tão explícito que não esse fazia necessário constar nesse tipo de regimento. Mesmo que no século XX, as vestimentas femininas estivessem mais curtas e práticas que pudessem permitir maior agilidade nos espaços públicos, ainda era muito presente a cobrança em relação à moralidade cristã no que tange à vestimenta feminina. Especialmente as

---

<sup>1</sup> Esse tipo de determinação por parte do poder público também vigorou em várias cidades brasileiras, como verificou Sebastião Rogério Ponte ao se referir à cidade de Fortaleza, na qual “[..] exigia-se que os passageiros estivessem vestidos com decência: paletó, colarinho e sapatos. Segundo depoimentos de pessoas que viveram na Cidade a partir desse século, grande parte da população, excetuando os muitos pobres, usava cotidianamente paletó (alguns de casimira inglesa ou linho ou muitos de tecido mais rústico), o que é verificável através das fotografias da época” (PONTE, 1993, p.33).

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mulheres de famílias mais abastadas se preocupavam de estar bem apresentadas ao sair em público.

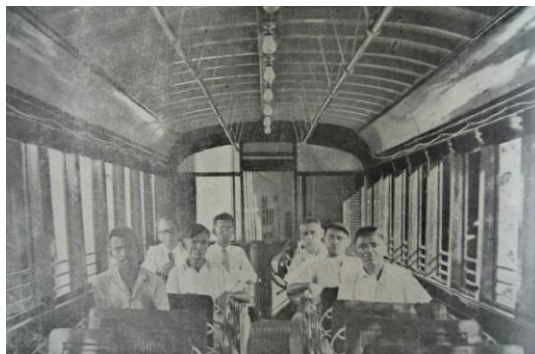
No entanto, nem todos que trilhavam pela cidade possuíam as condições financeiras para andar com tais trajes elegantes e finos. Uma fotografia do Álbum do Maranhão de autoria de Miécio Jorge<sup>2</sup> mostra um grupo de passageiros de bondes que não parecia fazer parte dessa elite bem aprumada e bem vestida, conforme se vê abaixo:

Figura 1 – Passageiros no interior de um bonde.

Fonte: JORGE, Miécio. Álbum do Maranhão, 1950.

Não é difícil deduzir que provavelmente foi montado um cenário para compor a fotografia, pois nas notícias de jornais e em outras fotografias mostravam uma rotina bem diferente, principalmente nos horários de pico dos bondes como sugere a fotografia por se tratar de trabalhadores. As constantes reclamações de populares apontavam para uma rotina com veículos superlotados, conflitos e confusões entre os passageiros e os funcionários da empresa, veículos velhos e sujos, destoando da imagem asseada e pacífica que é apresentada. Para além dessa questão, interessa aqui destacar a ausência de mulheres na fotografia.

1950, a população 119.785 habitantes, dos metade, a saber, 67.347 (IBGE. Rio de Janeiro: difícil compreender que população que se



Já na década de ludovicense era de quais mais da eram mulheres 1955, p. 64) Não é boa parte da deslocava pela

---

<sup>2</sup> Miécio Jorge era natural de Cururupu, cidade do interior do estado, trabalhou como jornalista desde muito jovem e passou a atuar em vários jornais da capital maranhense. Depois de consolidado na carreira jornalística fundou o jornal *O Globo* com sede no Ferro de Engomar, importante casarão no centro da cidade e também publicou o Álbum do Maranhão que buscava retratar o moderno da cidade de São Luís.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

cidade nos bondes era composta de mulheres que iam para as escolas, para as missas, para o trabalho, etc. No entanto, apesar de que isso seja uma realidade do cotidiano as imagens femininas não são vistas nos arquivos.

A partir da leitura de Michelle Perrot, o debate sobre esse silenciamento dos arquivos no que diz respeito às vozes femininas pode ser compreendido a partir da premissa de que a cidade que se constrói a partir do século XIX é um espaço sexuado que coroa o homem com um papel de centralidade e delega à mulher um espaço escuso de silêncio e de esquecimento. Portanto, a ausência de narrativa sob uma perspectiva das mulheres se alimentou do déficit de documentos escritos, uma vez que a leitura bem como a escrita para as mulheres consistia em um “fruto proibido” (PERROT, 2005).

A cidade não foi pensada para a presença da mulher. A cidade se construiu a partir da lógica de dominação masculina no qual a imagem feminina foi se impondo gradativamente nos espaços que antes eram exclusividade dos homens. Taciana Gouveia aponta essa questão de forma bastante elucidativa ao afirmar que “uma coisa é constatar a presença das mulheres na cidade, outra completamente distinta é pensar a produção desse espaço tendo como preocupação política e analítica, a estrutura e a dinâmica das relações das desigualdades entre mulheres e homens” (GOUVEIA, 2016, p.10). Portanto, a cidade passa muito longe de ser um lugar neutro como apontam os autores da pesquisa *Mobilidade urbana e gênero: pistas sobre a cidade heterogênea* ao colocar que ela se configura como “elemento de ordenamento das experiências urbanas a partir da lógica de dominação masculina e das desigualdades estruturantes do sistema, sejam de gênero, raça ou classe social” (SILVA; DANTAS, DIMENSTEIN, 2020, p. 117)

As mudanças de comportamento acompanhavam as transformações que a cidade sofria com sua modernização como a construção de logradouros modernos, o crescimento do número de bairros, o surgimento de jornais e revistas e a criação de espaços que possibilitavam a vida noturna, como clubes, cinema e teatro. As mulheres passaram a frequentar ambientes desacompanhadas e fazer programas noturnos. O cinema, sem dúvida, contribuiu para essa mudança de comportamento, pois introduziu novas formas de sociabilidades e condutas refletidas no vestuário, acessórios, modos de se comportar (QUEIROZ, 2008). No jornal *A Rua*, de 28 de Janeiro de 1915, vinha estampado um

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

anúncio que demonstra as mudanças que chegavam através das telonas, como se observa na imagem abaixo:

Figura 2 – Anúncio da programação do cinema São Luiz.



Fonte: Jornal *A Rua*, 28 de Janeiro de 1915, Anno I, Num. 3, p.4.

O anúncio colocava “A Bela Pecadora” como indicação para a programação de domingo no principal cinema da capital, o Cinema São Luiz, o que já incomodava os mais tradicionais por ferir a imagem da mulher mãe e boa esposa. O título do filme já sugeria que a personagem principal escaparia do ideal apregoadado, por isso o cinema era amplamente criticado por setores mais tradicionais da sociedade ludovicense. O cinema não era bem quisto especialmente porque influenciava as mulheres, seja as solteiras ou até mesmo as casadas, a se portarem de forma mais livre tanto nas roupas como na própria conduta. O filme que trazia um “suntuoso drama de amor” estrelado pela atriz alemã Henny Porten era direcionado, principalmente, às mulheres. Mas, o anúncio deixava bem claro a que mulher era endereçado o convite.

Não é difícil constatar que as mulheres que frequentavam as salas do Cinema São Luiz não eram as mesmas que se abarrotavam dentro de um bonde nas primeiras horas da manhã para não perder o apito das fábricas. No entanto, ao destacar que o espetáculo era destinado ao “chiquismo feminino desta capital” o anúncio deixava claro que eram as

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mulheres mais abastardas que estavam acostumadas a frequentar boutiques, teatros e outros endereços de sofisticação da capital.

Como já foi dito acima, era sobremodo importante que as mulheres da elite estivessem com trajes finos e alinhados ao se apresentarem em público. Mesmo com o calor próprio do clima equatorial era comum ver as ludovicenses portando luvas, chapéus, espartilhos, meias, etc., o que ainda era resquício de incorporar a moda parisiense da Belle Époque. As roupas eram muito mais que o ato de cobrir-se, de vestir-se, era a indicação da própria personalidade e da posição que se ocupava na sociedade ou que gostaria de ocupar. Era uma forma, muitas das vezes, de mascarar aquilo que se entendia por feio, por desagradável. Neste sentido, com as vestes, “acaba por se assemelhar àquilo que gostaria de ser” (BAUDELAIRE, 1996, p.9).

Em São Luís, cada vez mais o cinema conquistava os amantes da sétima arte. Segundo Marcos Fábio Melo, em 1909 a cidade já contava com três salas de cinema com ambientes luxuosos e bastante concorridas. Após a inauguração dos dois principais cinemas em 1909, a saber, o Cinema São Luís e o Cinema Pahté, ambos localizados no centro da capital, os ludovicenses tomaram gosto pela sétima arte.

A partir de então, os cinemas passam a fazer parte do cotidiano da cidade, com exibições diárias, matinês para crianças, salas suntuosas, uma publicidade agressiva que envolvia presentinhos e sorteios para o público, filmes identificados pelo gênero, filmes coloridos, preços acessíveis a quase todos e até filmagens próprias “de assuntos maranhenses” (MATOS, 2010, p. 38)

As novas socialidades promovidas pelos exemplos das atrizes nas fitas feriam a moralidade cristã da provinciana São Luís do início do século, como se lê nessa nota que tem como autoria o Padre Arias Cruz:

Não sei se o cinema, desde o dia de sua inauguração até esta data, produziu maior somma de bem ou de mal à sociedade. Não sei? – é uma conversa, pois se, com muito mais frequencia, surgem no mercadofitas más, se muito mais copioso é o numero de produções cinematographicas vasadas nos moldes de uma immoralidade visiceralmente pagã, fóra de contestação é que muito mais prejudicial do que util há sido o famoso inento dos irmãos *Lumière*.

Tem sido essa, em todo o tempo, a tendencia do bipede racional: desvirtuar tudo o que seu genio descobre e que devia ser empregado em promover a melhoria tanto physica como espiritual da espécie humana. [...]

Raras, rarissimas são as sessões em que [...] se não desenrolam scenas que, pelo excesso de licenciosidade, escapam a toda definição; scenas no desdobrar das quaes se tem impressão de que, aos olhos do publico, se está a revolver o mais infectante e repellente dos monturos.

É tempo dessa valiosa conquista do progresso reparar os crimes cometidos, como a pratica dos beneficios que dela se esperam e que tornarão abençoada em todos os recantos do globo.[...]

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Oxalá não custe muito! (Seria tão bom! *A Escola*, 28 de Julho de 1923, Anno 3, Num.6, p.4)

As práticas de “uma imoralidade visiceralmente pagã” tomava conta das ruas da cidade seja através das roupas mais curtas e leves, dos cortes de cabelos modernos ou até mesmo de posturas mais ousadas, o que colocava em perigo o modelo da sociedade patriarcal que idealizava a mulher como impotente, fraca, tola e bela, uma vez que assim os homens podiam demonstrar seu poder econômico e social ao tirá-las das condições de insegurança por meio do matrimônio. Não foi difícil para essa sociedade patriarcal conceber o cinema como uma invenção do diabo por supostamente seduzir as mentes mais fracas e modificar a conduta. Ao falar sobre a chegada do cinema em Teresina (PI), a professora Teresinha Queiroz diz que a sétima arte trouxe assim como outros equipamentos modernos da técnica uma mistura de encantamento, admiração, medo e prazer (QUEIROZ, 2008)

Os espaços da cidade que eram frequentados pelas mulheres estavam diretamente ligados às suas condições de vidas, uma vez que era o que induzia seus deslocamentos pela cidade. Assim, se pensarmos em uma mulher que fazia parte da elite da capital maranhense sua presença ia ser percebida em igrejas, bailes, escolas enquanto as mulheres de camadas mais populares podiam ser vistas nas fábricas ou pelo centro da cidade em outros ofícios e no transporte público que eram usados diariamente para seus deslocamentos até o trabalho.

## **Considerações Finais**

A capital maranhense na primeira metade do século XX, assim como as demais cidades brasileiras, passou por processo de urbanização bastante expressivo que se iniciara com a industrialização desde o início do século. Essa nova sociedade urbano-industrial construía a cidade tanto para o trabalho como para o lazer. Sob a perspectiva do trabalho, muitas mulheres já trilhavam pelo espaço urbano, principalmente as pobres porque necessitavam contribuir ou até mesmo manter a família. A presença da mulher no espaço urbano pela questão do trabalho era algo que se via desde a segunda metade do século XIX com a instalação das fábricas e com as mulheres de ofícios.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Além do trabalho, as obrigações com a família, as obrigações religiosas e o lazer se constituíram importantes para que as mulheres ganhassem as ruas. Assim, desde comprar os mantimentos para sustento da sua família a participar de cerimônias religiosas na igreja, os lugares da cidade passaram a contar, cada vez mais, com a presença das mulheres. Nas igrejas, nos hospitais, no teatro, no cinema, no mercado, nas butiques, num passeio de bonde no final da tarde, nas praças arborizadas e convidativas para uma conversa amigável ou simplesmente para matar o calor nas tardes quentes. A cidade moderna também passou a ser a cidade da presença da mulher.

Nesse sentido, tentamos perceber como essa presença foi percebida e mencionada nos arquivos. Nossa primeira dificuldade foi encontrar as mulheres que aparecem nos dados estatísticos como mais da metade da população e não aparecem nos documentos ou, mais especificamente, nos jornais. Isso nos leva a compreender que o “silêncio dos arquivos” que delegou às mulheres ludovicenses invisibilidade e esquecimento mesmo que a presença física delas fosse algo constante na cidade. Entendemos que essa postura constitui-se em manter o modelo patriarcal que continua impõe à mulher um lugar de submissão e de domínio. Partindo desse pressuposto, é necessário problematizar tais jornais como arquivos públicos produzidos sob a perspectiva de uma documentação que se constitui como o “olhar de homens sobre homens” que insistiam em silenciar as mulheres.

Portanto, apesar da imagem da mulher delicada, submissa, doce e sensível ser a mais reforçada nos jornais, sabe-se muitas mulheres fugiam desse padrão imposto pela moralidade cristã, especialmente as de camadas mais populares que constantemente eram vistas nas ruas trabalhando ou até mesmo em momentos de lazer bem diferentes das outras moças da elite.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, ALBERTI, Verena. *O lugar da história oral: o fascínio do vivido e as possibilidades de pesquisa*. In: \_\_\_\_ Ouvir contar: textos em História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a Modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

CALDEIRA, José Ribamar Chaves. *Origens da indústria no sistema agro-exportador – 1875/1895: Estudo micro-sociológico da instalação de um parque fabril em região do nordeste brasileiro no final do século XIX*. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1988.

CAMPOS, Marize Helena. *Mariposas e Pensões: um estudo da prostituição em São Luís do Maranhão na primeira metade do século XX*. São Paulo: USP, 2001.

CARLOS, Ana Fani. *A cidade: o homem e a cidade, a cidade e o cidadão, de quem é o solo urbano?* São Paulo: Contexto, 1992. (Coleção Repensando a Geografia).

COQUEIRO, Carla Romana. *Mulheres de ofícios: o cotidiano de mulheres pobres pelas Ruas da cidade de São Luís do Maranhão nas décadas de 1880-90*. Manaus, 2017. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

CORREIA, Maria da Glória Guimarães. *Nos fios da trama: Quem é essa mulher? Cotidiano e trabalho do operariado feminino em São Luís na virada do século XIX*. São Luís: EDUFMA, 2006.

GONZAGA, Terezinha de Oliveira. *A cidade e Arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero*. Tese de doutorado apresentada à FAU-USP. São Paulo, 2004.

GOUVEIA, Taciana. *Mulheres: sujeitos ocultos das/nas cidades?*. 2016, p. 1-10. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/235282224/80-Genero-e-Reforma-Urbana-g-Mulheres-Sujeitos-Ocultos-Dasnas-Cidades>>. Acesso em 27 de Dezembro de 2020.

HOBBSAWM, E. J. *Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000

IBGE/CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *ESTADO DO MARANHÃO: Censo Demográfico. Série Regional. Volume XII, Tomo 1*. Rio de Janeiro: 1955.

MATOS, Marcos Fábio Belo. *Ecos da modernidade: uma análise do discurso sobre o cinema ambulante em São Luís – 2010*. Tese de doutorado apresentada a Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara.

MELLO, Soraya Carolina de. *Discussões femininas na imprensa: Revista Cláudia e o trabalho doméstico (1970-1989)*. Tese de doutorado apresentada ao PPGH da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2016.

MELLO, Soraya Carolina de. *Lugar de mulher é onde ela quiser? Feminismos, domesticidade e conflito social no Brasil (1964-1990)*. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraya Carolina de (Orgs.). *Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985) / 2019*. - 1. ed. – Curitiba: Appris, 2019.

MOTTA, Alda Britto da. *Elas começam a aparecer...* In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria. (Orgs.). *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012. p. 84-104.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, nº 18, p. 9-18, 1989.

PERROT, M. *As mulheres ou o silêncio da história*. Bauru: EDUSC, 2005.

PESAVENTO, Sandra J. *O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano*. Porto Alegre: Editora da UFRG, 1999.

PONTE, S. R. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigral, 1993.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *As diversões civilizadas em Teresina: 1888-1930*. Teresina: FUNDAPI, 2008.

RONILK, Raquel. *O que é cidade*. – São Paulo: Brasiliense, 1995. – (Coleção primeiros passos)

SARLO, Beatriz. *Modernidade e mescla cultural*. Risco, *Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo, v 4, n. 2, p. 87-92, fev. 2006.

SILVA, Anderson de Andrade; DANTAS, Candida Maria; Magda Diniz, DIMENSTEIN. *Mobilidade urbana e gênero: pistas sobre a cidade heterogênea*. *Revista Ártemis*, vol. XXX nº 1; jul-dez, 2020. pp. 116-135.

SOIHET, Raquel. *Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano*. In DEL PRIORE, Mary . [Orgs.]. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto : Ed. Unesp, 1997.